

Decolonialidade, letramentos e formação docente na perspectiva de Luanda Rejane Soares Sito

Decoloniality, literacies and teacher training from the perspective of Luanda Rejane Soares Sito

Luanda Rejane Soares Sito¹
Escola de Idiomas da Universidad de Antioquia (Colômbia)
luanda.soares@udea.edu.co
<https://orcid.org/0000-0001-7579-4229>

Alexandre José Cadilhe²
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
alexandre.cadilhe@ufjf.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-4818-6428>

Rosane Rocha Pessoas³
Universidade Federal de Goiás (UFG)
rosane@ufg.br
<http://orcid.org/0000-0002-0538-2891>

Entrevistada

Luanda Sito (LS) é docente na Escola de Idiomas da Universidad de Antioquia (Colômbia). Possui graduação em Letras (Português-Espanhol) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

¹ Doutora em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas-Unicamp (2016) e professora na Escola de Idiomas da Universidad de Antioquia (Colômbia).

² Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2013) e Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no Departamento de Educação (área de Ensino de Língua Portuguesa), no Programa de Pós-Graduação em Educação (Linha de pesquisa Discurso, práticas e ideias em processos educativos) e no Programa de Pós-Graduação em Linguística (Linha de pesquisa Linguagem e Humanidades).

³ Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio de pós-doutoramento na Universidade de São Paulo. Professora titular de Língua Inglesa no Curso de Letras e no Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Regional Goiânia, atuando, neste momento, como professora voluntária.

(2006). Obteve seu Mestrado em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas-Unicamp (2010) e o Doutorado em Linguística Aplicada na mesma instituição (2016). Participa dos grupos de pesquisa Letramento do Professor (UNICAMP) e Educación, Diversidad e Inclusión (UdeA-Colômbia). Entre 2004 e 2008, acompanhou assessorias políticas com o Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ) no RS, assim como participou em atividades de implementação de ações afirmativas na educação superior. Entre 2010 e 2011, trabalhou como professora de Português para Estrangeiros na Universidad de Antioquia (UdeA), Colômbia. Atualmente, desenvolve projetos principalmente nos temas de formação de professorado, ensino de línguas, letramento, ações afirmativas, educação do campo, interculturalidade e equidade. Publicou o livro “Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada” (2010, com Cláudia Vóvio e Paula De Grande) pela editora Mercado de Letras.

Entrevistador e Entrevistadora

Alexandre José Cadilhe (AJC) é professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no Departamento de Educação (área de Ensino de Língua Portuguesa), no Programa de Pós-Graduação em Educação (Linha de pesquisa Discurso, práticas e ideias em processos educativos) e no Programa de Pós-Graduação em Linguística (Linha de pesquisa Linguagem e Humanidades). É membro e vice-coordenador (2021-22) do GT Transculturalidade, Linguagem e Educação da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística) e associado da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística) e ALAB (Associação de Linguística Aplicada do Brasil). Membro da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (RBEDH). Coordena o grupo de pesquisa Linguística Aplicada, Educação e Direitos Humanos (LAEDH/UFJF/CNPq), vinculado ao Núcleo FALE/FACED/UFJF. Coordenador dos Estágios das Licenciaturas da FACED/UFJF (2020-atual). Vice-coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello ACNUR/UFJF (2022-atual), onde desenvolve projeto de formação de professores para contextos sociodiversos. Coordenou do PIBID Letras/Língua Portuguesa UFJF/CAPES (2018-2022). Tem experiência na área de Educação e Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Análise do discurso; Estudos de Letramentos; Educação Linguística; Estudos Decoloniais, Gênero e Sexualidade; Formação de Professores/as de Línguas.

Rosane Rocha Pessoa (RRP) é professora titular de Língua Inglesa no Curso de Letras e no Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística da Universida-

de Federal de Goiás, Regional Goiânia, atuando agora como professora voluntária. Desenvolve pesquisas nas áreas de ensino e de formação de professoras/es de línguas fundamentadas em perspectivas críticas e decoloniais. É bolsista do CNPq nível 2. É membro do GT de Formação de Educadores na Linguística Aplicada da ANPOLL. Participa do Projeto Nacional de Letramentos: Linguagem, Cultura, Educação e Tecnologia, liderado por Ana Paula Duboc e Daniel Ferraz, da Universidade de São Paulo. Lidera os Grupos de Pesquisas do CNPq Formação de Professoras/es de Línguas e Rede Cerrado de Formação Crítica de Professoras/es de Línguas. Desde 2016, coordena juntamente com a Profa. Dra. Viviane Silvestre (UEG) o GEPLIGO (Grupo de Estudos de Professoras/es de Língua Inglesa de Goiás), com parcerias estabelecidas com a SME-Goiânia e SEDUC-GO.

Práxis é uma ideia pulsante nos estudos decoloniais, pois se reconhece que várias foram as ações de resistência/reexistência política e epistemológica aos padrões econômicos, políticos, epistemológicos e existenciais forjados no período colonial, ou seja, durante o processo de construção da modernidade/colonialidade. Segundo Walsh (2018, p. 26), “em toda a Abya Yala, povos indígenas não apenas se rebelaram, mas também lideraram ações públicas, formaram alianças com outros setores e educaram a população para os problemas sociais, políticos e econômicos do neoliberalismo e do sistema moderno/colonial/capitalista”. Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfolguet (2018) também ressaltam que a decolonialidade é um projeto político-acadêmico que engloba mais de 500 anos de luta das populações africanas e afrodiáspóricas: mulheres negras, quilombolas, movimentos negros, povo de santo, jovens de periferia, estética e arte negra, além de um grande número de ativistas e intelectuais negros como Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, José do Patrocínio, Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Fanon, Sueli Carneiro, Franz Fanon, Césaire, Du Bois, Angela Davis, bell hooks etc. Essa, segundo os autores, é uma definição ampla de decolonialidade, que não se restringe a um grupo de autoras/es e que se volta à apreensão dos processos de resistência e de luta pela reexistência das populações afrodiáspóricas. Inspirado/a pela importância da práxis nos estudos decoloniais é que resolvemos entrevistar a Profa. Luanda Rejane Soares Sito, que tem vivido essa experiência de pensar-fazer, que exige uma compreensão de quem ela é, que se desprende da centralidade universalizante do Ocidente como mundo e que incita entendimentos outros sobre língua e linguagem.

AJC e RRP: Prof. Luanda, ao lermos os seus textos e conhecermos suas pesquisas, chama atenção como o compromisso social, ético e epistêmico encontram-se indissociáveis. Poderia compartilhar conosco como a sua formação profissional e acadêmica tornaram-se o que nos parece ser esse espaço de encontro da professora e da pesquisadora crítica e engajada?

LS: Gosto muito dessa pergunta, porque me transporta para 2003-2004, quando durante minha graduação em Letras, na UFRGS, iniciei meu percurso no movimento social. Tive a oportunidade de participar de uma ONG chamada IACOREQ – Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes

de Quilombos, que me ensinou como fazer um trabalho acadêmico articulado de modo orgânico a demandas sociais. Desde aí entendi que fazer pesquisa com compromisso social, ético e epistêmico é o melhor que podemos deixar para este planeta como docentes universitários. Em nosso país, a Universidade – pública, especialmente – possui (ainda) prestígio, capital humano de alta qualidade acadêmica e capilaridade. Temos universidades em todas os estados do país, e isso não é pouca coisa. Durante a graduação, vivi a demanda por titulação de terras quilombolas bem de perto, e tive a oportunidade de ter docentes que me orientaram na articulação de minha prática pedagógica a agendas territoriais. Um desses espaços, como já falei, foi o IACOREQ, no qual vivenciei trabalhos de campo com professores de Ciências Sociais, como o professor Dr. José Carlos dos Anjos, e colegas do movimento negro, como Ubirajara Toledo, Rita Camisolão, José Carlos e Marina Rodrigues, Paulo Sérgio Silva e muitos outros referentes do movimento negro do sul do país. Nesses espaços entre movimento social, universidade e comunidades, esses profissionais me ensinaram a ver como a produção acadêmica podia estar a serviço de contribuir para diminuir as brechas sociais históricas de nosso país. O outro espaço foi o grupo de pesquisa ISE (Interação Social e Etnografia), coordenado pelo prof. Dr. Pedro Garcez. Ao vivenciar os espaços desse grupo de pesquisa, descobri todo um campo que tinha uma abordagem social da linguagem, compreendi o giro linguístico e pude encontrar-me na pesquisa. Ao participar da disciplina de *Linguística e ensino*, orientada pelos sociolinguistas Ana Zilles e Pedro Garcez, tive a alegria de encontrar leituras sobre socialização da linguagem e estudos de letramento, campo pelo qual me apaixonei. Um dos aspectos teóricos motivadores foi a definição de Linguística aplicada que nos apresentava a prof. Angela Kleiman em seu livro clássico “Os significados do letramento”, situando a LA como “*uma das vertentes de pesquisa que melhor concretiza a união do interesse teórico, a busca de descrições e explicações sobre um fenômeno, com o interesse social, ou aplicado, a formulação de perguntas cuja resposta possa vir a promover uma transformação de uma realidade tão preocupante como o é a crescente marginalização de grupos sociais que não conhecem a escrita*” (KLEIMAN, 1995, p. 15). Ao ler essas palavras e estar (vi)endo essas realidades marginadas, não tive dúvida de que era isso que eu queria ser quando crescesse! Logo depois da disciplina, passei a ser monitora e logo orientanda do prof. Pedro Garcez, e ele orientou meu TCC, que abordava as tensões nas práticas de letramento derivada de uma nova instituição nessas comunidades quilombolas: a associação comunitária. Temas como o lugar do Estado, a cultura escrita, as desigualdades históricas, a interação social, o racismo, a chegada abrupta da escrita para recuperar direitos negados historicamente estiveram refletidas nesse texto... e foram logo aprimorados na dissertação de mestrado. Como jovem, negra e de classe popular, depois de uma trajetória entrecortada na Universidade, vi na LA um *lugar para poder ser e dizer*. Quiçá o que responde melhor a sua pergunta é que, para mim, a Universidade – entre suas várias agendas – era e é um *locus* de formação e qualificação de quadros de movimentos sociais e tem muita incidência política. A Universidade também é um espaço cosmopolita, diverso e pode promover muitos reencontros sociais... especialmente a partir das ações afirmativas. Nesse enquadre, somos convidados a pensar-nos desde um viés mais comprometido, sabendo que isso não interfere no rigor da pesquisa. Antes ao contrário, para ter transformação social, requeremos pesquisas muito rigorosas academicamente.

AJC e RRP: Seus estudos apontam um olhar cuidadoso para ações afirmativas no contexto acadêmico, incluindo pessoas quilombolas, indígenas e também em diálogo com o contexto Colombiano. Como esses múltiplos contextos tornaram-se relevantes para você, e de que modo os estudos de letramentos passaram também a compor um locus epistêmico nas suas ações/investigações nesses contextos?

LS: Penso que vivi de perto as ações afirmativas, primeiro com comunidades quilombolas e logo depois com a Universidade. E isso afetou minha produção acadêmica, de modo que essas vivências e escutas de experiências outras nesses múltiplos contextos se tornaram relevantes para mim. Também começo a rememorar a partir da pergunta de vocês e vejo que há outros elementos que potencializaram meu olhar investigativo... um deles, o fato de viver em Porto Alegre, berço do OP (Orçamento Participativo) e do Fórum Social Mundial, me propiciou participar desde cedo desses espaços, antes mesmo de minha trajetória universitária, em atividades de bairro. A minha participação em pré-universitários populares para jovens negros (o cursinho Superação), no IACOREQ, no processo de Ações afirmativas na UFRGS a partir de 2005, na criação de espaços como AFROUFRGS (coletivo com estudantes negros da UFRGS) e no Projeto Conexões de saberes, já mestrado, me permitiram essa conexão com o (amplo) Brasil e com outros países, compreendendo melhor o racismo estrutural e o *modus operandis* do racismo ambiental, que expulsa as comunidades – afros, indígenas e camponesas – dos seus territórios. Um evento especial foi minha participação como monitora no Fórum social mundial de 2005. Nesta edição do fórum, participei de uma mesa com organizações afros de Colômbia, Equador, Estados Unidos e Brasil, na qual se discutiram sobre as situações de deslocamento forçado e apresentaram as realidades de suas populações, mostrando as semelhanças em territórios tão distantes. Ali nasceu meu carinho pela Colômbia, e pude trabalhar de intérprete para quem logo se tornou um amigo, o líder afrocolombiano Carlos Rúa. Conhecer a trajetória de sua organização, Ecotambor, me mostrou outras facetas do território colombiano, e me motivou a conhecer seu país. Suas histórias me levaram a pensar em pesquisas multissituadas e transnacionais. Pensar essas complexas situações em ambientes tão diversos, e ao mesmo tempo tão próximas pelas experiências de violação de direitos humanos, me chamou a atenção imediatamente. Com o tempo, fui amadurecendo a compreensão e as perguntas por entender o lugar da linguagem nesses processos. Acho que é aí que os estudos de letramentos passam a compor um locus epistêmico nas minhas ações/investigações, pois essa postura crítica que assumo a partir dessa perspectiva me permitia entender melhor o “óbvio”, aquilo que está nas relações humanas e muitas vezes não vemos, ou vemos e não enxergamos, ou simplesmente não queremos ver. E, ao reconhecer o óbvio, poder escutar de um modo mais sensível e pensar melhor algumas estratégias para transformar realidades, ou pelo menos pensar em formas de criar mais brechas.

AJC e RRP: Prof. Luanda, você considera possível pensarmos **numa virada decolonial nos estudos de letramentos**? Caso sim, como suas pesquisas participam desse movimento e o que você entende por decolonial?

LS: Em 2010, a sociolinguística Virginia Zavala fechava seu texto “*Quem está dizendo isso? Letramento acadêmico, identidade e poder na educação superior*” - traduzido por minha colega Marília

*Valsechi e por mim e publicado no livro “Letramentos” (Mercado de Letras, 2010) -, afirmando que considerava “que a teoria pós-colonial latinoamericana deveria estabelecer um diálogo mais produtivo com o campo do letramento acadêmico a fim de complementar esta necessidade de reexaminar o que conta como conhecimento relevante dentro e através das disciplinas, com a abertura das convenções da escritura acadêmica a novas formas de significar” (p. 92). Hoje, mais de dez anos depois, penso que é isso que a gente vem tratando nos estudos de letramento na universidade – e eu diria que na sociedade em geral também -; ao pensar a cultura escrita a partir de perguntas que passam por de-colonizar, desaprender nossa colonialidade e de-construir as estruturas coloniais que nos organizam socialmente, buscando abrir brechas. Em grande parte, Zavala mostrava como os paradigmas decoloniais faziam uma crítica ampla, mas não exploravam em detalhe “as formas em que a dominação Euroamericana sobre a pesquisa intelectual se sustenta e se reproduz no âmbito do letramento e da publicação acadêmica” (p. 85), objeto central para muitos dos trabalhos que vimos desenvolvendo no campo dos estudos de letramento acadêmico. Eu estou de acordo com a leitura da autora, e vejo atualmente que quem fez o maior movimento fomos nós, do campo da linguagem, ao aproximar-nos das discussões em outros campos irmanados das Ciências sociais. O que acho um ganho para nossa área! Para mim, nos estudos de letramento, o “decolonial” é uma alternativa entre tantas propostas críticas que são chamadas a contribuir para a leitura sobre o uso social da linguagem. No Brasil, estão mais estabelecidas e possuem mais tempo os Estudos Feministas, os Estudos Antirracistas, as Pedagogias críticas, os Estudos culturais, por exemplo. Nos últimos anos, os Estudos de-coloniais e os Estudos interculturais críticos vem ganhando mais espaço. E em todas elas eu vejo um grande potencial que desvela as estruturas de poder postas em jogo. Ou seja, são perspectivas que, ao se assumir críticas, buscam desvelar, descortinar, mostrar o que está por detrás das relações sociais e descrever em detalhe as formas que construímos relações de opressão, privilégio, subjugação e injustiça. Por isso, são todas muito caras no campo dos letramentos, pois nos ajudam a mostrar quais barreiras se interpõem nas trajetórias de acesso à cultura escrita, como descreve Kleiman (2010), por exemplo, e ao mesmo tempo sinalizam como essas barreiras operam e, em alguns casos, também esboçam alternativas para contrapor-se a essas estruturas. Na proposta de-colonial, há uma noção chave que é a *colonialidade*, entendida como o lado obscuro da modernidade, nas palavras de Walter D. Mignolo. Aqui o projeto colonial é tido como um ponto crucial para o desenvolvimento do capitalismo e o sustento da modernidade vivida nos países que se beneficiaram do processo colonial. Dessa maneira, a colonialidade passa pelo econômico e pela organização dos Estados e seu poder sobre as sociedades (a colonialidade do poder), pelas sobrevalorações no campo do conhecimento (a colonialidade do saber), pelas formas de explorar o corpo de sujeitos tomados como “menos humanos” (a colonialidade do ser) e pelas maneiras de explorar a mãe terra e outras formas de espiritualidade (a colonialidade da natureza). Então, considero que aqueles trabalhos que vêm buscando mostrar as formas de construir e manter as desigualdades, assim como aqueles que querem indicar alternativas a este sistema estabelecido, têm um perfil de-colonial. São trabalhos que dialoguem com autores Walter D. Mignolo, Anibal Quijano, Arturo Escobar, Joaze Bernardino, ou autoras como Catherine Walsh e Vera Candau, por exemplo, mas também incluem Paulo Freire e trabalhos de campo que visam a “sulear” sua compreensão epistemológica, como Kleiman (2013) ou Cavalcanti (xxx).*

Em minha pesquisa sociolinguística, mostro meu interesse na relação entre linguagem, educação e diversidade. Na dissertação de mestrado (SITO, 2010), descrevi e analisei os eventos de letramento dos líderes de uma comunidade quilombola no litoral sul do Brasil. Para obter a titulação de suas terras, os líderes daquela comunidade – muitos deles já idosos e com pouca ou nenhuma escolaridade – passaram a interagir com agentes do Estado por meio de situações de uso burocrático da escrita, desconhecidas para eles; o que levou a mudanças em suas práticas jurídicas. A questão que guiou o trabalho foi como as lideranças quilombolas lidaram com essa demanda avassaladora de escrita, em um contexto de diálogo com as autoridades, devido à legislação de terras quilombolas no Brasil. Alinhada à postura crítica e interdisciplinar da linguística aplicada (MOITA LOPES, 2013), nos fundamentamos na perspectiva dos estudos de letramento, da Sociolinguística Interacional e da concepção dialógica e social de linguagem. Já no doutorado indagava pelas formas que jovens cotistas afros e indígenas respondiam às demandas de letramento acadêmico que derivavam de sua formação universitária. Foi uma forma de voltar, depois de ter participado do processo de implementação de cotas na UFRGS, para entender como a Universidade acolhia esses novos atores sociais em seu interior. Para tal compreensão, foi necessário olhar em paralelo uma realidade distante territorialmente, e aqui entrou a parte de trabalho de campo e análise do cenário colombiano.

Em ambas pesquisas, há uma abordagem social e etnográfica sobre a cultura escrita, na qual os usos sociais da escrita são entendidos como práticas constituídas *in loco* que revelam como são constituídas as relações de poder. Ao deslocar meu olhar das práticas letradas dominantes para os escritos das *safe houses* (CANAGARAJAH, 1997), pude observar melhor, por um lado, como as estratégias discursivas empregadas pelas lideranças camponesas quilombolas para interagir com o Estado repercutiram nas mídias e gêneros discursivos de suas práticas letradas vernáculas; e por outro, como os jovens cotistas interpelavam o desenho de políticas afirmativas e construía brechas ao subverter a colonialidade do saber no âmbito da construção de seus Trabalhos de Conclusão de Curso. Em síntese, são dados que nos permitem acercar-nos à perspectiva dos e das participantes de uma forma culturalmente sensível. Espero que esses exemplos ilustrem um pouco dos movimentos de-coloniais que sinalizava ao início.

AJC e RRP: Atualmente você atua na formação de professores, correto? Considerando suas trajetórias epistêmicas e experiências, o que você considera atualmente desafiador nesse campo? Aqui também é um convite para compartilhar suas experiências formativas na Colômbia.

LS: Aqui está um bom tema para um cafezinho... eu venho trabalhando desde 2016 como orientadora de estágio docente, dando uma ênfase em temas como a linguagem e diversidade cultural e a educação rural. No início, me chamou a atenção a maneira como o professorado não via os temas de racismo e machismo como temas de violências, tratando-os como um aspecto de “percepção”. Isso desvelava uma dificuldade em reconhecer aspectos que são macro sociais e promovem desigualdades estruturais, mas também uma postura que legitima os valores do privilégio. Essas respostas do professorado em formação me moveram a redesenhar meus cursos de uma maneira outra, que fosse mais voltada para mostrar o óbvio e também para compreender o poder que temos como docentes em

transformar realidades e humanizar a sociedade. Em um artigo de 2021, com a colega Emilce Moreno, organizamos alguns elementos que desafiam a formação de docentes de linguagem. Sinto que há avanços, mas ainda há muito caminho por andar... Se fosse priorizar alguns desafios, destacaria três:

1. *A necessidade de ter uma visão de língua que seja intrínseca à cultura e sociedade.* Não é nada novo no plano teórico, mas ainda muito distante do plano prático, no qual se segue de maneira muito insistente trabalhando com uma visão instrumental e funcional de língua.
2. *Trabalhar em construir com o professorado práticas pedagógicas que sejam culturalmente sensíveis e pertinentes.* Sinto que as contribuições dos trabalhos de Paulo Freire, bell hooks, Frederic Erickson, Marilda Cavalcanti, Ângela Kleiman, Luiz Paulo da Moita Lopes, Pedro Garcez, para citar alguns exemplos, nos mostram rotas possíveis... há que seguir semeando mais os exemplos de práticas exitosas no plano prático, no chão da escola.
3. *Formar um professorado empático e sensível para experiências outras.* O mundo é muito mais amplo que nosso umbigo, e se há um lugar chave para ter isso claro é a docência! Seria muito importante fortalecer o carácter cosmopolita da educação.

Aproveito para agradecer esta entrevista e pela oportunidade de conversar um pouco sobre este tema que me apaixona, e pela oportunidade de repensar sobre meus passos. Um carinhoso abraço.

Referências

Garcez, P.M. (2009) A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. En: Loder, L.L. y Jung, N.M. (Org.). *Fala-em-interação social: uma introdução à Análise da Conversa Etnometodológica* (pp. 17-38.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

Kleiman, A.B. (org.). (1995). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.* Campinas, SP: Mercado Aberto.

Sito, L. (2010). Ali tá a palavra deles: um estudo sobre práticas de letramento em uma comunidade quilombola do litoral do estado do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada. Campinas: Unicamp.

Sito, L.; Moreno Mosquera, E. (2021) Prácticas letradas académicas más allá del déficit: una revisión crítica de literatura. *Enunciacion*, v. 26, p. 149-169.

Zavala, V. Quem está dizendo isso? Letramento acadêmico, identidade e poder na educação superior. In Vovio, C. L.; Sito, L.; Grande, P. B. (Org.). (2010). *Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada.* 1. ed. Campinas: Mercado de Letras.

Submetido: 08/11/2022

Aceito: 18/11/2022